



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA
PRAÇA MINOR FIRMINO DE SOUSA, S/N, CENTRO
CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA, CEP.: 64763-000
CNPJ 01.612.569/0001-70



manutenção e desenvolvimento de planos, programas, projetos e ações voltadas aos idosos no Município de Capitão Gervásio Oliveira.

Art. 18. Constituirão receitas do Fundo Municipal de Direitos do Idoso:

I – recursos provenientes de órgãos da União ou dos Estados vinculados à Política Nacional do Idoso;

II – transferências do Município;

III – as resultantes de doações do Setor Privado, pessoas físicas ou jurídicas;

IV – rendimentos eventuais, inclusive de aplicações financeiras dos recursos disponíveis;

V – as advindas de acordos e convênios;

VI – as provenientes das multas aplicadas com base na Lei n. 10.741/03;

VII – outras.

Art. 19. O Fundo Municipal ficará vinculado diretamente à Secretaria Municipal de Assistência Social, tendo sua destinação liberada através de projetos, programas e atividades aprovados pelo Conselho Municipal de Direitos do Idoso.

§1º. Será aberta conta bancária específica em instituição financeira oficial, sob a denominação “Fundo Municipal de Direitos do Idoso”, para movimentação dos recursos financeiros do Fundo, sendo elaborado, mensalmente balancete demonstrativo da receita e da despesa, que deverá ser publicado na imprensa oficial, onde houver, ou dada ampla divulgação no caso de inexistência, após apresentação e aprovação do Conselho Municipal de Direitos do Idoso.

§2º. A contabilidade do Fundo tem por objetivo evidenciar a sua situação financeira e patrimonial, observados os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

§3º. Caberá à Secretaria Municipal de Assistência Social gerir o Fundo Municipal de Direitos do Idoso, sob a orientação e controle do Conselho Municipal de Direitos do Idoso, cabendo ao seu titular:

I – solicitar a política de aplicação dos recursos ao Conselho Municipal do Idoso;

II – submeter ao Conselho Municipal de Direitos do Idoso demonstrativo contábil da movimentação financeira do Fundo;

III – assinar cheques, ordenar empenhos e pagamentos das despesas do Fundo;

IV – outras atividades indispensáveis para o gerenciamento do Fundo.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 20. Para a primeira instalação do Conselho Municipal de Direitos do Idoso, o Prefeito Municipal convocará, por meio de edital, os integrantes da sociedade civil organizada atuantes no campo da promoção e defesa dos direitos do idoso, que serão escolhidos em fórum especialmente realizado para este fim, a ser realizado no prazo de trinta dias após a publicação do referido edital, cabendo as convocações seguintes à Presidência do Conselho.

Art. 21. A primeira indicação dos representantes governamentais será feita pelos titulares das respectivas Secretarias, no prazo de trinta dias após a publicação desta Lei.

Art. 22. O Conselho Municipal de Direitos do Idoso elaborará o seu regimento interno, no prazo máximo de sessenta dias a contar da data de sua instalação, o qual será aprovado por ato próprio, devidamente publicado pela imprensa oficial, onde houver, e dada ampla divulgação.

Parágrafo único. O regimento interno disporá sobre o funcionamento do Conselho Municipal do Idoso, das atribuições de seus membros, entre outros assuntos.

Art. 23. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capitão Gervásio Oliveira, 19 de junho de 2015.

Antônio Coelho
Prefeito Municipal



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA
PRAÇA MINOR FIRMINO DE SOUSA, S/N, CENTRO
CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA, CEP.: 64763-000
CNPJ 01.612.569/0001-70

PREFEITURA MUNICIPAL
Capitão Gervásio Oliveira
UNIÃO, TRABALHO E DESENVOLVIMENTO

EXTRATO DO CONTRATO

Tomada de Preço n.º 012/2015

Contrato n.º 013/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Capitão Gervásio Oliveira

Contratado: - ESCRITORIO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL LTDA – ESPLAM.

CNPJ/MF sob o n.º 07.070.835/0001-74

Objeto: Locação de serviços técnicos especializados para Elaboração de Projeto Executivo de adutora para o fortalecimento da infra-estrutura hídrica do Município.

Fundamento Legal Lei 8666/93

Valor global estimado do Contrato: **R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais),**

Prazo do Contrato: 30 (Trinta) dias.

Data de Assinatura do Contrato: 28/04/2015.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXINGÓ - PI
CNPJ: 01.612.618/0001-75
GABINETE DA PREFEITA

LEI MUNICIPAL N.º 086/2015, DE 19 DE JUNHO DE 2015.

Altera o artigo 100 da Lei n.º 024, de 15 de Junho de 2010, acrescentando os §§ 4º, 5º, 6º e 7º e dá outras providências.

RITA DE REZENDE SOBRINHO, Prefeita Municipal de Caxingó – PI, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Acrescentam-se os parágrafos 4º, 5º, 6º e 7º ao artigo 100, os quais seguirão com a seguinte redação:

Art.100.....

§ 4º O professor, em efetivo exercício na função de magistério na vigência, aprovado em concurso público de 20 horas semanais, exercendo segundo turno de 20 horas, terá, definitivamente, passar a exercer jornada de 40 (horas).

§ 5º A ampliação prevista no parágrafo anterior somente será devida aqueles professores que tenham exercido o segundo turno, nos 8 (oito) anos anteriores à vigência desta lei, intercaladamente ou durante 06 (seis) anos ininterruptos;

§ 6º A ampliação da carga horária, uma vez concedida, não poderá ser revogada, salvo disposição legal ou caso de interesse público que a justifique.

§ 7º O desconto previdenciário, após a ampliação, será com base à carga horária de 40 horas semanais exercida pelo professor.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Caxingó- PI, sanção da Lei Municipal registrada sob o numero 086/2015, aos 19 dias do mês de junho de 2015

Rita de Rezende Sobrinho
Prefeita Municipal

Renato Neres Veras Filho
Sec. Municipal de Administração e Planejamento